

O MERCADO DE TRABALHO FRENTE À CRISE DOS ANOS 80 E AOS PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO

*Alejandro Kuajara Arandia**

1 – O mercado de trabalho e a crise dos anos 80

A maneira como se constituiu o capitalismo no Brasil — com concentração de renda, desigualdades regionais, preservação do latifúndio e exclusão — formou um mercado de trabalho segmentado e heterogêneo, tanto no plano nacional quanto no regional. Como resultado dessa complexidade, as análises sobre emprego, baseadas unicamente em seus aspectos conjunturais, não permitem captar-se a real dimensão do problema. De fato, paralelamente aos fenômenos concretos de oferta e demanda de mão-de-obra, verifica-se a permanência, no mercado de trabalho, de um contingente significativo de trabalhadores que subutilizam sua força de trabalho, sendo que parte ponderável destes encontram-se ocupados no chamado setor informal da economia (empresas familiares, trabalhadores por conta própria, microempresas, etc.).

Essa situação de subemprego, cuja manutenção é decorrente de fatores mais gerais do funcionamento e da estrutura da economia brasileira, transformou-se em um problema crônico de subutilização da força de trabalho, transcendendo as oscilações periódicas do nível de atividade econômica.

O aprofundamento da crise econômica na década de 80 permitiu que esse fenômeno se tornasse mais perceptível, possibilitando vislumbrar que, se no período de expansão econômica houve um crescimento intenso do emprego industrial e das relações assalariadas formais, a recessão que se instalou na economia brasileira, principalmente no período 1981-83, desencadearia uma redução drástica nos níveis absolutos do

* Economista da FEE e Professor da UNISINOS e da PUC-RS.

O autor agradece a leitura atenta e as sugestões importantes feitas à versão original pelas colegas Miriam De Toni e Naira Lima Lapis. Eventuais falhas porventura remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

emprego industrial. Assim, pode-se afirmar que, a partir desse período, além das dificuldades estruturais de absorção do conjunto da População Economicamente Ativa (PEA) pelos setores industrial e formal da economia, o mercado de trabalho enfrenta também os problemas decorrentes dos ajustes da crise dos anos 80, sendo que estes últimos geralmente vêm acompanhados de políticas recessivas, cujos desdobramentos são bastante conhecidos, tais como: aumento do desemprego, expansão das relações informais de trabalho, arrocho salarial, etc.

É com base nessas considerações e tendo como norte a implantação dos vários planos de estabilização econômica na década de 80 que se desenvolve este artigo. Buscar-se-á examinar alguns dos efeitos dos planos de estabilização sobre a população ativa brasileira em geral e a gaúcha em particular. Antes, porém, julga-se necessário tecer um comentário acerca do processo de ajustamento dos mercados de trabalho regionais à crise. Para tal, toma-se como referência o pressuposto mais geral de que, no momento em que se monta e se consolida uma indústria pesada, localizada no "centro nervoso" da economia brasileira (notadamente São Paulo), a dinâmica econômica da periferia nacional fica, inequivocamente, atrelada à dinâmica daquele centro (Cano, 1985). A partir desse movimento, os impactos da crise sobre as diferentes regiões vão ter implicações diferenciadas, de acordo com as formas de inserção dos espaços regionais no núcleo de acumulação nacional.

Desse modo, observa-se que o impacto maior do programa de ajustamento (1981-84) deu-se, inicialmente, sobre o Sudeste e, no interior dessa região, sobre São Paulo. A análise de Gómes et alii ilustra essa afirmação.

"(...) a difusão posterior dos efeitos da política para as outras regiões já reflete um encadeamento de segundo grau, por assim dizer, ou seja, já reflete a interdependência entre os vários setores da economia, e não o impacto direto da política. É exatamente por esta razão que a recuperação também começa no Sudeste para então se difundir para outras regiões" Gómes et alii (1985, p.89).

Assim, verifica-se que a crise atingiu, primeiramente e de modo mais incisivo, o mercado de trabalho do Sudeste — em particular, a indústria de transformação —, estendendo-se, em seguida, para o Sul e depois para o Nordeste. Em relação à geração de empregos, constata-se o mesmo movimento. Todas as regiões apresentaram — com certa

defasagem, relativamente ao Sudeste — uma queda acentuada nas taxas de crescimento, principalmente na indústria de transformação, e uma expansão do mercado informal e das relações de trabalho não legalizadas.

Contudo, durante a década em foco, observam-se comportamentos distintos do mercado de trabalho, relacionados à implantação dos planos de estabilização, os quais merecem uma análise periodizada.

2 — Os planos de estabilização e o mercado de trabalho

A primeira tentativa de reversão do quadro da crise acontece já no início da década. Como se sabe, o Brasil, no período 1981-83, seguiu o receituário ortodoxo do Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa política de estabilização irá atuar de forma mais acentuada sobre os setores formais da economia e, em especial, sobre aqueles setores mais integrados aos mercados interno e externo e mais dependentes de linhas regulares de crédito, na medida em que visa, basicamente, conter a demanda agregada da economia.

Desse modo, o ajuste ortodoxo do período 1981-83, ao afetar mais intensamente as pequenas e médias empresas — em decorrência dos efeitos da política de estabilização adotada e no contexto de uma conjuntura recessiva —, deu-se às custas de uma elevada taxa de desemprego e da falência de inúmeras empresas, principalmente de pequeno e médio portes. Novamente, a região mais atingida, nesse período, foi a Sudeste, especialmente o Estado de São Paulo, onde se concentram aproximadamente 60% do emprego formal e dois terços da indústria de transformação do País, segundo informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Lei nº 4.923/65).

Assim, verifica-se que, paralelamente às dificuldades crônicas de absorção da população ativa pelo setor capitalista da economia, o mercado de trabalho se defrontou com uma crise e com uma política recessiva, cujas repercussões sobre o emprego e as condições de vida da população mostraram-se dramáticas. Para Mattoso (1986), essa situação verdadeiramente alarmante, conjugada à precariedade das políticas sociais e de emprego por parte do Governo, tornou a crise (1981-83) mais aguda e seus efeitos muito mais perversos sobre o conjunto da população trabalhadora.

Em 1984, já se vislumbrava uma inflexão no comportamento do mercado de trabalho. No entanto é em 1985 que esse mercado — pela primeira vez desde 1980 — se apresentou francamente positivo. De fato, durante o ano de 1985 teriam sido criados mais de 2.100.000¹ empregos no País. Esse elevado crescimento de 11,55%, segundo o estudo de Mattoso (1986), teria sido capaz — pela primeira vez nos últimos anos — de superar o contingente de novos ingressantes no mercado de trabalho.²

Tomando-se a evolução do emprego segundo setores de atividade econômica, o estudo de Mattoso (1986) constata também que tanto a indústria de transformação como o comércio e os serviços cresceram mais intensamente que o total de empregos. O maior crescimento deu-se na Região Sudeste, com 13,14%; enquanto as outras regiões cresceram menos. Observa-se, ainda, que, na conjuntura de recuperação econômica (1985), a participação da Região Sudeste no total dos empregos criados no Brasil foi de mais de 66%, respondendo o Estado de São Paulo por 38,53%; e a Grande São Paulo, por 24,78%.

No entanto, para esse autor, o comportamento extraordinário ocorrido no período 1984-85 na geração de emprego não se mostrou capaz de reverter o quadro de crise. Isto porque a característica marcadamente capitalista-industrial da crise dos anos 1981-83 e as políticas recessivas adotadas foram responsáveis, de um lado, por uma forte redução nos postos de trabalho ofertados pela indústria e demais setores e, de outro, por uma importante ampliação da capacidade ociosa. Paralelamente, verificou-se, no biênio 1984-85, uma considerável ampliação da produtividade do trabalho através, sobretudo, da introdução de inovações tecnológicas no processo produtivo. Em decorrência, com a recuperação verificada a partir de 1984 e intensificada em 1985, somente uma parte dos postos de trabalho perdidos teria sido recuperada, enquanto o nível de atividade já seria superior ao de 1980 e boa parte da capacidade instalada voltava a ser utilizada.

¹ Informações fornecidas pelo Ministério do Trabalho a partir do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, Lei nº 4.923 (Mattoso, 1986, p.3). Todavia esse autor considera os dados mencionados preliminares e superestimados, devido, sobretudo, ao ingresso de novas empresas não cadastradas.

² Segundo projeções estatísticas, a PEA brasileira poderá saltar de 39,2 milhões de trabalhadores em 1980 para 73,3 milhões no ano 2000. Essa projeção implicaria um aumento de 34,1 milhões de novos trabalhadores, redundando na necessidade de criação de 1,7 milhão de novos empregos a cada ano. Nesse sentido, o resultado obtido em 1985 superou largamente a oferta oriunda de novos ingressantes no mercado de trabalho.

Com o **Plano Cruzado**, a partir de fevereiro de 1986, ocorre uma acentuada mudança na dinâmica interna de comportamento do mercado de trabalho. Enquanto nos segmentos mais organizados e sindicalmente mais fortes — vinculados aos setores mais dinâmicos da indústria — os rendimentos reais cresceram a taxas bastante inferiores às observadas no ano anterior, nos segmentos menos organizados ocorreu um aumento espetacular nessas taxas de crescimento. Ao mesmo tempo, o aumento do emprego dos setores menos organizados também foi mais significativo do que nos outros segmentos.

Para Camargo & Ramos (1988), esses resultados estão diretamente relacionados à estrutura do Plano Cruzado e à forma como ele foi conduzido a partir de sua implantação. Segundo esses autores, os principais elementos responsáveis por esse comportamento do mercado de trabalho a partir de março de 1986 foram o expressivo crescimento da demanda no segundo semestre de 1985 e o congelamento dos preços. Esses fatores, sem dúvida, foram fundamentais para o aquecimento do mercado de trabalho. Isso, porém, não é suficiente para explicar a relativa constância dos rendimentos reais dos trabalhadores no segmento mais organizado e sindicalmente mais mobilizado do mercado de trabalho, bem como as enormes diferenças entre as taxas de variação dos rendimentos reais entre os diversos segmentos. Na verdade, afirmam Camargo & Ramos (1988), pela primeira vez na economia brasileira, no último trimestre de 1986, o rendimento médio dos trabalhadores por conta própria igualou-se ao dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada.

A explicação para esse fato inusitado encontra-se, segundo esses autores, na inversão do processo de formação das rendas no mercado de trabalho, devido à estrutura do Plano Cruzado. Isto porque o Plano inverteu esse processo da seguinte maneira:

"a) o congelamento foi adotado em um momento no qual os salários reais e o nível de emprego vinham crescendo a taxas elevadas, resultando em forte pressão de demanda ao longo de 1985 e início de 1986. Este crescimento foi reforçado pelos abonos nominais instituídos pelo programa e pela própria queda da taxa de inflação; b) os agentes com liquidez direcionaram seus recursos para compra de ativos — não controlados e para bens de consumo; c) sendo o congelamento mais efetivo para o setor oligopolizado e para as grandes empresas — mais facilmente fiscalizadas — e menos efetivo para os setores competitivos e para as pequenas empresas — impossíveis de serem fiscalizadas —, a reposição das margens de lucros "congelados" abaixo da

média do período anterior originou uma inflação residual e um crescente desequilíbrio na estrutura de preços relativos; d) como o mercado de trabalho das grandes empresas e dos setores oligopolizados são os mais organizados e com maior capacidade de mobilização sindical, qualquer aumento de salários nominais para estes trabalhadores significava aumento do custo real da mão-de-obra para o empresário. Por outro lado, nos segmentos menos organizados, localizados nas pequenas empresas e nos setores mais competitivos, os aumentos de salários nominais podiam ser repassados para os preços do Produto e Serviços vendidos, com a ajuda das condições de demanda muito favoráveis. Conseqüentemente, os ganhos reais de salários nos segmentos menos organizados passaram a ser muito maiores do que os dos segmentos mais organizados; e) finalmente, à medida que o desabastecimento se espalhava para a economia como um todo, tornava-se impossível comprar os bens pelos preços congelados, aumentando a demanda pelos produtos do setor informal. No limite, o segmento informal podia comprar produtos no setor formal, onde os preços estavam congelados, e vendê-los a preços mais elevados no mercado informal" Camargo & Ramos (1988, p.60-61).

Como resultado da inversão do processo acima exposto, observa-se no mercado de trabalho, no ano de 1986, ao contrário do de 1985, um aumento do emprego de trabalhadores autônomos bem mais intenso do que de trabalhadores assalariados. Ou seja, enquanto estes últimos apresentaram uma elevação de 12% em 1985 contra 9,5% em 1986, o emprego dos trabalhadores autônomos cresceu cerca de 3,4% e nada menos do que 16,8% respectivamente.³

Em novembro de 1986, foram introduzidas mudanças nesse cenário, dentre as quais se destaca o descongelamento de preços em janeiro de 1987, que iria ocasionar uma rápida reversão nas taxas supracitadas. Tanto é assim que o desempenho do nível de ocupação no âmbito nacional apresentou um quadro desalentador em 1987, se comparado a 1985 e 1986. De fato, em 1987 o nível de ocupação praticamente estagnou, principalmente quando comparado com o crescimento populacional e com as necessidades de geração de novos postos de trabalho a cada ano

³ Pesquisa de Emprego e Desemprego, convênio SEADE/DIEESE, São Paulo. Boletins 10 e 25, tabela 2.2 apud Mattoso (1986).

(cerca de 1,5 a 1,7 milhão). Segundo informações fornecidas pelo Ministério do Trabalho, tendo por base o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Lei nº 4.923/65), o emprego formal do País fechou o ano de 1987 com um saldo líquido de apenas 162.805 vagas.

Esse quadro da situação do emprego é resultante da acentuada retração das atividades produtivas observadas durante o ano e está obviamente relacionado com as medidas instituídas pelo **Plano Bresser** em 1987. Esse plano, ao contrário do anterior, preocupou-se em conter a demanda. Optou por uma compressão profunda dos salários e pela prática de taxas de juros reais, com a finalidade de inibir especulações fora do circuito financeiro, dificultando, assim, uma exacerbação do consumo. Nesse sentido, o **Plano Bresser** foi "emergencial", tendo como prioridade o ajuste externo, ou seja, desvalorização cambial para gerar divisas, mantendo o mercado interno desaquecido. Como consequência desse ajuste, as Regiões Sudeste e Sul — onde se concentra a maior parte da indústria nacional — apresentaram, em 1987, as menores taxas de crescimento de emprego (0,60%).

No ano seguinte, 1988, presenciaram-se novas alterações no mercado de trabalho. Há uma trajetória de incremento do nível de emprego em função de uma gradual articulação econômica em alguns setores da economia, como a construção civil, os serviços e o setor de exportação, atuando este último — em função do ajuste — como principal articulador da demanda de produtos industriais. Todavia, em relação a 1987, segundo dados do Ministério do Trabalho, pode-se observar uma alteração entre os setores de atividade econômica. No que respeita à indústria, o número médio de pessoas ocupadas recuou em relação ao ano de 1987. Em compensação, o emprego no setor serviços aumentou de forma expressiva. Esse movimento, além de expressar a estagnação do emprego industrial — segmento considerado, pelos seus efeitos de encadeamento, como o mais dinâmico da economia —, pode ser indício de que o nível de ocupação tenha sido sustentado por um inchamento do mercado informal de trabalho, hipótese reforçada pelo aumento de pessoas ocupadas sem carteira de trabalho assinada.

Ainda assim, em 1988, o nível de emprego formal registrou quedas menos graves do que aquelas ocorridas no nível de atividade econômica. Quanto a este último, capitaneado pela indústria paulista, as taxas de crescimento permaneceram no negativo por praticamente todo o período. Esse evidente descompasso⁴ entre o comportamento do emprego em geral e

⁴ Para uma maior explicação do descompasso e dos fatores que marcaram o ano de 1988, ver De Toni et alii (1988).

o da atividade industrial encontra explicação em alguns fatos que marcaram o ano de 1988. Dentre eles cabe destacar a permanente instabilidade política e econômica reinante no País.

O ano de 1989, ao contrário do imobilismo que marcou a política antiinflacionária de 1988, iniciou com mais um plano de estabilização. O **Plano Verão**, o qual foi concebido com o objetivo principal de conter a aceleração inflacionária que poderia conduzir o País a uma hiperinflação. As disposições nele contidas determinaram a criação de uma nova moeda (o cruzado novo); o congelamento de preços, salários e câmbio; a extinção da correção monetária; a limitação do crédito; etc. Contudo seus efeitos foram duvidosos e muito mais fugazes que os dos dois planos anteriores (Cruzado e Bresser). Repete-se aqui, uma vez mais, a mesma sistemática dos congelamentos anteriores, ou seja, a compressão salarial como mecanismo para impedir que um provável aumento da demanda pressionasse os preços.

O fracasso dessa política de combate à inflação já é fato sabido. Porém é preciso salientar que, em linhas gerais, o comportamento dos salários médios reais em 1989 não confirmou a expectativa inicial de novo arrocho salarial.⁵ Note-se, entretanto, que esse melhor desempenho está longe de propiciar a recuperação das perdas provocadas por anos de arrocho que ajudaram a manter a participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional em níveis extremamente baixos.

No que diz respeito ao emprego, identificou-se uma queda acentuada da taxa de desemprego aberto, segundo informações da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) realizada pelo IBGE, paralelamente a um crescimento do nível de ocupação. Em termos dos setores de atividade — apenas para dar um exemplo —, a indústria ocupou mais 143.000 pessoas; os serviços, 170.000 pessoas; o comércio, 103.000; e a construção civil, 26.000 pessoas em agosto de 1989 relativamente ao mesmo mês de 1988. Corroboram essa constatação os dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que indicaram, em agosto de 1989, o maior aumento do nível de emprego da indústria paulista desde dezembro de 1980.

Desse modo, durante 1989, registrou-se uma forte reação na economia brasileira, com dinamismo dos negócios e demanda aquecida

⁵ Para uma análise mais detalhada da evolução dos salários em 1989, consultar Campos (1990, p. 169).

resultante do crescimento da massa salarial. Isso se deveu, em parte, ao aumento de 5,9% no nível de emprego, mas também foi decorrência do acréscimo registrado no salário médio.

Esse registro mostra que a recuperação observada, principalmente a partir de julho de 1989, reflete, provavelmente, os efeitos da nova política salarial. Um outro fator que deve ter contribuído para essa situação diz respeito ao pagamento, por parte das empresas, do IPC integral para todas as faixas salariais por ocasião das negociações coletivas nas datas-base das categorias.

Como resultado dessa euforia originada pelo dinamismo dos negócios no ano de 1989, tem-se a inflação mais elevada da história brasileira. O índice acumulado do ano atingiu o patamar de 1.764,83%; além disso, o crescimento industrial, já em julho, dava sinais de esgotamento, haja vista a alta utilização da capacidade instalada (83%) e o baixo nível de investimentos que se verifica desde o ano de 1980 na economia nacional.

3 – O Plano Collor e o mercado de trabalho – 1990

O Plano Collor teve uma primeira fase heterodoxa, baseada na retenção de ativos financeiros, no congelamento de preços e na prefixação de salários. Além disso, quando foi divulgado, contou com a aprovação quase maciça da população, e os poucos que argüíram suas falhas técnicas e sua prepotência inconstitucional foram vistos como traidores da Pátria. Isto porque o Plano se apresentou como a salvação do País, cuja inflação beirava 100% ao mês.

A segunda fase do Plano inicia-se a partir de 15 de maio, quando se verifica que a inflação crônica havia voltado. Essa fase caracteriza-se por ajuste de cunho ortodoxo, isto é, pelo abandono da promessa de prefixação dos salários, por uma política monetária mais rígida e pelo atraso do câmbio e dos preços públicos. Segundo Bresser Pereira, em um artigo da Folha de São Paulo (1990), essas medidas conseguiram evitar a explosão inflacionária, mas não controlar a inflação, dado seu caráter fortemente indexado. A inflação estabilizou-se, chegou a cair ligeiramente em julho, mas, a partir de agosto até o presente momento, voltou a apresentar tendência crescente. Na medida em que a inflação cresce, o Governo propõe um pacto social, ao mesmo tempo em que reafirma que não abandonará suas metas fiscais e monetária, agora oficializadas através de uma carta de

intenção ao FMI. Para Bresser Pereira – no mesmo artigo citado –, o Governo, ao propor um pacto social, acena novamente para uma combinação de heterodoxia com ortodoxia, assinalando o provável início, após as eleições, da terceira fase do Plano. Como não é objetivo deste artigo analisar detalhadamente as diferentes fases do Plano Collor, importa aqui apenas destacar os efeitos desse plano sobre a população ativa. Passam-se, a seguir, a uma descrição panorâmica da situação do emprego e do desemprego no Brasil e no Rio Grande do Sul.

3.1 – Comportamento do emprego e do desemprego no Brasil

No Brasil, o ano de 1990 inicia com uma taxa de desemprego aberto declinante quando comparada com os mesmos meses do ano anterior, mantendo-se assim até março do corrente ano, segundo informações da PME. A partir do mês de abril, no entanto, verifica-se uma inflexão nessa tendência, quando a estimativa da taxa de desemprego aberto apresenta um aumento de 21% em relação a abril do ano passado, devido, sobretudo, ao aumento de 25% no número de pessoas desocupadas (procurando trabalho). Trata-se da maior taxa observada pela PME nos últimos quatro anos.

Em consequência desse quadro, a taxa de desemprego aberto aumentou no mês de abril – se comparada com a do mesmo mês de 1989 – em todos os setores de atividade, com destaque para os setores da construção civil e da indústria de transformação. Verifica-se, ainda, que essa tendência não mudou ao longo dos meses pesquisados, em especial a partir de maio de 1990, quando se acelera o ritmo de pessoas desocupadas, e a taxa de desemprego atinge o nível mais elevado dos últimos cinco anos, passando de 3,37% em maio de 1989 para 5,27% em maio de 1990. Nos meses subsequentes, de junho a setembro – último dado disponível, conforme a PME –, os indicadores de desemprego continuaram com quedas expressivas em relação aos mesmos meses do ano anterior, reduzindo-se, contudo, seu ritmo de crescimento em relação ao mês de maio de 1990. Segundo a PME, o movimento da taxa foi resultante do aumento, ao longo dos meses observados, do número estimado de pessoas desempregadas que, em setembro/89, foi de 554.201, passando para 767.224 em setembro de 1990.

No que diz respeito ao comportamento da taxa de desemprego aberto por setor de atividade, também se verifica um crescimento em todos os setores. Em termos percentuais, o aumento mais significativo ocorreu na construção civil (41%). A indústria de transformação e o setor

serviços também apresentaram aumentos de 36% e 28%, respectivamente, quando comparados com os percentuais do mês do ano anterior, tomando-se o mês de setembro como referência.

Passando-se para a análise da proporção de pessoas ocupadas por setor de atividade, observa-se uma queda na indústria de transformação em torno de 23% durante os meses de janeiro a setembro de 1990, enquanto o comércio e os serviços tiveram um desempenho médio positivo.

Se se considerar a posição dos trabalhadores na ocupação, houve, ao longo do ano, um decréscimo no número dos empregados com carteira assinada, especialmente a partir de março, quando a proporção desses trabalhadores cai de 59,73% em janeiro para 58,89% em março. A partir daí, verifica-se uma queda ininterrupta, atingindo 55,51% no mês de setembro. Os trabalhadores sem carteira assinada, por sua vez, passam de 17,59% em janeiro para 20,35% no mês de setembro. Já os trabalhadores por conta própria apresentam também um crescimento: em janeiro de 1990 perfaziam 17,45% da população ocupada, em junho e julho atingem o percentual de 19% e em setembro caem ligeiramente, passando para 18,73%.

Todas as informações apresentadas, tanto no âmbito da proporção da população ocupada por posição na ocupação quanto da taxa de desemprego aberto, sugerem um quadro recessivo agravado, sobretudo, pela política antiinflacionária do Governo Collor, que exacerba a crescente deterioração dos níveis de pobreza da população ativa brasileira, já observada na década de 80. Na realidade, em uma crise de longa duração como esta que se está vivenciando, enquadrada nos marcos de políticas recessivas, na precariedade de programas sociais e na ausência de uma política salarial que assegure a recomposição das perdas ocasionadas pelo aumento da taxa de inflação, é de se supor que os trabalhadores demitidos, bem como os novos ingressantes no mercado de trabalho busquem a sobrevivência, dedicando-se a qualquer tipo de atividade precária (bico, biscate, etc.).

Desse modo, os diferentes planos de estabilização — exceção feita ao Plano Cruzado —, ao ocasionarem o desaquecimento da economia para combater a inflação, apresentaram sempre o mesmo resultado: redução da participação dos assalariados na PEA, aumento relativo dos autônomos-trabalhadores por conta própria e, sobretudo, expansão dos subempregados, os quais representam um desperdício das potencialidades produtivas da mão-de-obra do País.

3.2 – Comportamento do emprego e do desemprego no Rio Grande do Sul

Tomando-se como ponto de partida os índices de desemprego nos anos 80, verifica-se que o aumento dos desempregados foi uma forma importante de ajuste à crise, uma vez que o número de trabalhadores nessa situação se ampliou comparativamente às taxas históricas. No caso do Rio Grande do Sul, as taxas variaram ao redor dos 3% no período 1981-87 contra taxas de 0,77% em 1960 e 1,56% em 1980.

Essa situação é agravada pelo fato de o desemprego ter atingido preponderantemente aquelas pessoas que já estavam empregadas e trabalhadores na condição de chefes de domicílio. Como resultado, o desemprego acarreta perda efetiva de renda e, ao mesmo tempo, afeta indivíduos estratégicos para a sustentação do grupo familiar.

Deve-se ressaltar, no entanto, que, nos períodos de crise econômica, tal como a que se está vivendo no Brasil, teria que haver um real aumento do desemprego, com taxas muito mais elevadas, o que, na realidade, não vem acontecendo. Esse fenômeno traz no seu bojo um efeito perverso, pois o nível de emprego conseguiu manter-se às custas da deterioração das condições de trabalho e da informalização das relações entre capital e trabalho. Isto porque, em uma situação de recessão, a opção tradicional por parte do empresário é demitir trabalhadores para garantir a sobrevivência da sua empresa. Como o custo da rescisão do contrato de trabalho é elevado e conflita com situações de escassez de capital de giro e com taxas de juros elevadas — independentemente do fato de que as demissões "envenenam" o ambiente da empresa, caindo a motivação para o trabalho e suscitando intranquilidade —, a forma encontrada para contornar essa situação parece ser a celebração de um entendimento flexível, onde o empresário só consiga manter o seu negócio se contratar informalmente e o empregado se submeta a essa situação para não ficar sem emprego.

No entanto o conhecimento mais aprofundado de trabalhadores que se encontram na situação acima referida é tarefa bastante difícil, uma vez que as estatísticas oficiais não utilizam uma metodologia que considere de modo adequado as diferentes formas de inserção do trabalhador no mercado. Contudo pode-se ter uma idéia aproximada desse fenômeno se se observar a evolução do número de trabalhadores empregados com e sem carteira assinada. De acordo com a PNAD, a participação dos empregados com carteira assinada no total dos empregados decresce no Rio Grande do Sul, de 71,53% em 1981 para 69,78% em 1988, ao passo que os empregados sem carteira assinada aumentam de 28,47% para 30,22% no mesmo período.

O crescimento dessas relações de trabalho não legalizadas tem, obviamente, sérias conseqüências para o trabalhador. Dentre elas, destacam-se: falta de proteção legal, impossibilidade de sindicalização, baixos níveis de rendimento, descontinuidade da jornada de trabalho, etc. Todavia a expansão das relações não legalizadas não deve significar, integralmente, ampliação do setor informal da economia. Em alguma medida, deve constituir-se em uma "nova forma" de subordinação do trabalho ao capital.⁶ Em outros termos, em conjunturas recessivas, haveria uma tendência ao aumento do número de trabalhadores sem carteira assinada e à subcontratação, bem como a ampliação do número de trabalhadores contratados por empreiteiras como um todo, sejam eles do setor formal ou informal.

Dados levantados pela PME reforçam as considerações acima apontadas. Observa-se que o ano de 1990 inicia com 61,57% de empregados com carteira assinada na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Esse percentual decresce, principalmente, a partir de abril do mesmo ano, atingindo em setembro — último dado disponível — a proporção de 57,64%. Os empregados sem carteira assinada e por conta própria, por sua vez, aumentam sua participação, passando os primeiros de 14,49% em março para 17,34% em setembro, enquanto os por conta própria passam de 17,10% para 18,94%, considerando-se os mesmos meses do ano de 1989.

No que diz respeito à taxa de desemprego aberto da RMPA medida pelo IBGE, ela ultrapassa a taxa de 4% de abril a agosto. De fato, ao analisarem-se os resultados dos quatro anos anteriores a 1990, verifica-se que somente em 1986, nos meses mencionados, ocorreram as mais elevadas taxas de desemprego, em decorrência de um número maior de pessoas a procura de trabalho, estimuladas pela proliferação das microempresas. Esse quadro parece que não se repetiu em 1990, pois o setor informal não reproduziu certamente a "performance" de 1986, visto que, naquele ano, aconteceu um real aumento do poder aquisitivo da população, além dos estímulos à formação de microempresas, através de uma política flexível de juros baixos. O quadro que se delineia hoje é o oposto: uma política deliberadamente recessiva, juros altos e aperto monetário para conter a inflação, desestímulo ao consumo mediante a compressão salarial, etc. O resultado dessas medidas é o aumento do desemprego. Isso é tão verdadeiro que o nível de emprego da

⁶ Ver. a respeito, *A Crise Econômica e o Mercado de Trabalho: os Ajustes em um Espaço Regional*, cuja responsabilidade é de Alejandro K. Arandia e Miriam De Toni (Almeida, coord., 1990, v.3).

indústria gaúcha continua em queda livre, com os indicadores do Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Rio Grande do Sul (IDERGS) registrando taxas negativas. Em seu conjunto, desde abril, a indústria de transformação do Rio Grande do Sul sofreu uma redução de 65.000 postos de trabalho. O Índice Conjuntural de Emprego Industrial (ICEI), do IDERGS, aponta uma homogeneidade no comportamento da variável emprego. As micro e pequenas empresas registraram uma taxa de -3,79%; as médias empresas, -1,84%; e as grandes empresas, -3,16%.

Informações sobre a flutuação mensal de emprego do Rio Grande do Sul do Ministério do Trabalho, Lei nº 4.923/65, também confirmam as afirmações expostas neste item do presente artigo. Observa-se que a relação entre os trabalhadores admitidos e os desligados se acelera a partir de abril, quando foram demitidos 12.954 na indústria de transformação, 1.139 na construção civil e 1.597 no comércio. A tendência em ser atingido um número maior de demitidos do que de admitidos se verifica em todos os setores pesquisados, conforme a Lei nº 4.923/65, ao longo de todos os meses examinados.

Desse modo, configura-se uma situação de recessão e de desemprego, onde são afetados todos os gêneros industriais, assim como todos os setores que compõem a atividade econômica gaúcha. A recessão na construção civil e no mobiliário, por exemplo, acaba repercutindo no desempenho das empresas de extração e beneficiamento de madeira.

Todos esses dados revelam a gravidade da situação do mercado de trabalho, aprofundada por níveis crescentes de empobrecimento da população. Como o desemprego significa ausência total de rendas tendo em vista a precariedade dos empregos gerados, a situação social assume proporções cada vez mais preocupantes, na medida em que o setor informal não tem condições de continuar crescendo indefinidamente se a indústria e o comércio também não se expandirem.

4 – Comentários finais

Para concluir, enfatizam-se algumas considerações. Em primeiro lugar, cabe destacar os problemas crônicos de subutilização da força de trabalho, cuja manutenção é decorrente de fatores mais gerais do funcionamento e da estrutura da economia brasileira.

Quanto aos efeitos dos planos de estabilização sobre a população ativa, observam-se comportamentos distintos do mercado de trabalho. Sem dúvida, o Plano Cruzado foi o único que trouxe benefícios reais –

mesmo que fugazes — aos setores menos organizados e à população trabalhadora como um todo. Em relação aos outros planos de estabilização, ao ocasionarem o desaquecimento da economia para combater a inflação, os mesmos apresentaram sempre resultado idêntico: redução da participação dos assalariados na PEA, aumento relativo dos autônomos-trabalhadores por conta própria e, sobretudo, expansão dos subempregados, que representam um desperdício das potencialidades produtivas da mão-de-obra do País.

Com o Plano Collor, tudo indica que essa situação será agravada, sobretudo pela sua política deliberadamente recessiva que exacerba a crescente deterioração dos níveis de pobreza da população ativa brasileira, já observada na década de 80.

Finalmente, é preciso salientar que, frente aos impactos dos planos de estabilização sobre o mercado de trabalho, notadamente deste último, não se verifica a preocupação de oferecer políticas compensatórias aos segmentos da população mais desprotegidos (exceção feita ao Plano Cruzado). Nesse sentido, é imprescindível que se busquem horizontes de mais longo prazo, pois as diferentes experiências revelam que não há saídas de curto prazo, ou seja, não há como superar o contexto de instabilidade econômica e social e alcançar novos padrões de renda e consumo sem levar em conta a questão do desenvolvimento como um todo.

Tabela 1

Taxas médias de desemprego no Brasil — 1986/90

MESES	Taxas médias de desemprego no Brasil — 1986/90				
	1986	1987	1988	1989	1990
Jan.	4,18	3,19	3,80	3,87	3,30
Fev.	4,40	3,38	4,33	3,99	3,43
Mar.	4,39	3,28	4,30	4,18	4,04
Abr.	4,17	3,39	4,08	3,94	4,77
Mai	4,08	3,97	4,04	3,37	5,27
Jun.	3,76	4,43	3,90	3,37	4,90
Jul.	3,60	4,47	3,84	3,17	4,53
Ago.	3,50	4,22	4,16	3,22	4,50
Set.	3,23	4,03	3,84	3,22	4,25
Out.	2,98	3,96	3,65	2,98	-
Nov.	2,64	3,63	3,32	2,49	-
Dez.	2,16	2,86	2,92	2,36	-

Tabela 2

Taxas de desemprego aberto na Região Metropolitana
de Porto Alegre — 1986/90

MESES	1986	1987	1988	1989	1990 (%)
Jan.	3,89	3,15	3,43	3,00	2,52
Fev.	4,82	3,60	4,21	3,45	2,51
Mar.	5,28	4,04	4,30	3,39	3,42
Abr.	5,01	3,86	3,91	2,99	4,49
Mai	4,40	3,59	3,66	2,76	4,28
Jun.	4,21	4,28	4,05	2,57	4,24
Jul.	3,98	5,02	3,60	2,58	4,00
Ago.	3,51	4,73	3,76	2,13	3,94
Set.	3,61	4,46	3,57	2,07	3,72
Out.	2,83	3,95	3,33	2,12	-
Nov.	2,54	3,35	2,93	1,81	-
Dez.	2,34	2,98	2,79	2,04	-

FORTE: IBGE.

Bibliografia

- ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de (1990). **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira.** Porto Alegre, FEE, v.3, p.527-91.
- ARANDIA, Alejandro Kuajara (1990). O emprego em 1989: uma tentativa de recuperação em fim da década? **Indicadores Econômicos RS.** Porto Alegre, FEE, 17(4), jan.
- CAMARGO, José Márcio & RAMOS, Carlos Alberto (1988). **A evolução indesejada: conflito distributivo e mercado de trabalho.** Rio de Janeiro, Campus.
- CAMPOS, Silvia Horst (1990). Salários e política salarial no final dos anos 80: uma discussão. **Indicadores Econômicos FEE** Porto Alegre, FEE, 17(4):157-75.
- CANO, Wilson (1985). **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970.** Campinas, UNICAMP.

DE TONI, Miriam & TATSCH, Ana L. (1989). 1988: emprego e trabalhadores em compasso de espera. **Indicadores Econômicos RS**. Porto Alegre, FEE, 16(4), jan.

FOLHA DE SÃO PAULO (19.9.90). São Paulo.

GOMES, Gustavo et alii (1985). **Recessão e desemprego nas regiões metropolitanas**. Recife, PIMES, (mimeo).

MATTOSO, J. E. L. (1984). Para onde vamos: emprego e crise no Brasil. **Revista Presença**. São Paulo, n.2, fev.

___ (1986). **Retrospectiva 1985**. São Paulo, UNICAMP, mar.

TROYANO, A. A. et alii (1984). O emprego: dimensões da crise. **Anais...** São Paulo, ABEP.